

**Florianópolis, 2019.**

## **PSICANÁLISE A CÉU ABERTO: DISPOSITIVO CLÍNICO NA RUA**

**Beatris Cristina Badia – [beatrisbadia@gmail.com](mailto:beatrisbadia@gmail.com)  
Psicologia – UFSC**

### **1. Introdução**

Este artigo tem por objetivo esboçar algumas análises desenvolvidas a partir de um campo de estágio da ênfase de Processos Comunitários e Ações Coletivas, em um serviço da rede de Assistência Social na cidade de Florianópolis, se tratando desse do Serviço Especializado em Abordagem Social. Tal serviço é caracterizado por ser um “processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social” (Secretaria Nacional de Assistência Social [SNAS], 2013, p. 7), e está vinculado ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que “representa espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito” (Secretaria Nacional de Assistência Social [SNAS], 2011, p.17), além disso, tem o trabalho de “proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando a organização, a mobilização e a participação social” (SNAS, 2011, p.17).

De acordo com a Política Nacional para a População de Rua, criada em 2009, esta população é definida como

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009, p.1).

A existência dessa população não é um acontecimento recente na sociedade. Ela existe desde o nascimento das cidades, frutos do surgimento do capitalismo. Conforme Bursztyń (2003) a ascensão do capitalismo no século XX, deu a esse sistema econômico uma faceta mais inclusiva e humana, com o surgimento de políticas de proteção de riscos sociais. Esse contexto supostamente trouxe esperança de uma sociedade mais justa e menos desigual e da ampliação do trabalho formal. Porém, esse contexto não é suficiente para

aniquilar com a exclusão inerente ao modo de produção capitalista, já que é cada vez mais evidente que o pleno emprego é incompatível com o processo de acumulação. Assim a impossibilidade de universalização do emprego é a primeira grande e universal manifestação de exclusão social sob o capitalismo (Sposati, 1998, p.1).

Conforme Sawaia (2012) a sociedade exclui para incluir, e assim gera uma ordem social desigual, fazendo a inclusão ter um caráter ilusório. Ao mesmo tempo que, atribui a exclusão a uma incapacidade do sujeito, culpabilizando-o individualmente. Isso é evidente quando se trata da população em situação de rua. O julgamento social existente mais comum é o de que essas pessoas estariam nessa condição por sua própria vontade, aliado ao discurso meritocrático de que as mesmas poderiam sair da rua se assim o quisessem.

No cotidiano, muitas são as falas que se percebem no sentido de atribuir às pessoas que estão na situação de rua um lugar de marginalização e exclusão, inclusive por parte de muitos serviços. As situações sociais de exclusão geram miséria física e psíquica, dessa forma, a violência e o desamparo acabam sendo elementos que surgem de forma significativa nas relações transferenciais, afetando os envolvidos de forma direta, aquele que escuta e aquele que fala (Broide & Broide, 2018).

A rua configura-se como um espaço dinâmico, de diversos fluxos e acontecimentos concomitantes. Ali estão sujeitos com diferentes propósitos, trabalhadores, turistas, estudantes, pessoas em encontros, pessoas passeando, os senhores dos jogos de xadrez, músicos e artistas, todos de alguma forma relacionados a esse espaço. Tais elementos tornam esse um lugar imprevisível, inédito, e é nesse contexto que tem se pensado as formas de intervir. Os territórios são espaços cheios de vida e muitas vezes de tensão, se faz importante atentar-se para aspectos tais como localidade geográfica na cidade, história, tradição, o modo como é vivido pelas pessoas ou os horários em que é

frequentado. Tais aspectos são muito relevantes de serem pensados para se aproximar dos sujeitos que ali circulam e pensar o trabalho (SNAS, 2013, p.15).

## **2. Dispositivo clínico na rua: a aposta na palavra**

Através da aposta na palavra e da compreensão de que a psicanálise tem muito a contribuir com as situações sociais críticas, e que, mais do que isso, deve estar implicada sobre elas é que nasce um dispositivo de escuta, o Ateliê da Palavra. Tal dispositivo é pensado conforme a proposta de que a escuta deve se situar também no território, por isso, todas as sextas-feiras na Praça XV os estagiários da Abordagem Social e do Consultório na Rua montam o setting, onde a dupla se senta no banco da praça e dispõe um banquinho forrado de chita para aquele que quiser falar. A ideia de constituir esse espaço em dupla é de que uma pessoa faça a escuta daquele que fala, enquanto que a outra escreva, para que posteriormente essa produção possa ser devolvida ao enunciante, a sua história, e este possa fazer o que desejar com ela.

O modelo clínico no qual se pauta esse trabalho, passa pela compreensão de que é necessário fazer algo com o que se escuta, a compreensão de que ao escutar um sujeito em situação de rua não se escuta apenas uma história individual, mas uma reprodução social a qual não podemos deixar passar despercebida. Dessa forma, é importante que essa escuta, além de poder produzir algo no sujeito que fala, possa produzir ações políticas capazes de interrogar as estruturas de funcionamento com as quais contamos hoje (Martins, 2016).

Assim, coloca-se ali, no espaço da rua a possibilidade de fazer emergir o não dito. Ao se inserir nesse contexto na posição de estagiário e não de profissional do serviço, parece que há um espaço para a construção de vínculo um tanto diferente, não aparecem de imediato as demandas por um encaminhamento, por um benefício, por um documento perdido, mas antes, a curiosidade sobre o que se está fazendo ali e por que se está ocupando esse lugar. Nas falas de algumas pessoas que costumam circular pela praça, aparece a não compreensão do motivo pelo qual estão sendo escutados ou o por que do interesse em saber sobre esse que fala, como se não merecessem ou fossem dignos dessa escuta, reflexo da maneira a qual geralmente vivenciam as relações com as pessoas na cidade e até mesmo dos serviços que acessam. Conforme Broide & Broide (2018)

ao construir possibilidades simbólicas, discursivas e redes de dispositivos nas quais o sujeito pode falar em transferência com aquele que o escuta - e não em uma queixa estéril e infrutífera, que só reitera o descompromisso com o outro vivenciado por ambas partes -, pode emergir o sujeito de desejo, amiúde em um turbilhão de palavras, ideias e sentimentos, em uma reconexão com as perdas já vividas, amarradas a uma forte sensação de desamparo (p. 259).

Ao longo desse trabalho que vem se construindo na rua e no movimento de fazer o uso da psicanálise nesse setting outro, percebe-se que para a efetivação de uma escuta e transferência não se faz obrigatoriamente necessário um divã, uma sala, um ambiente silencioso. Por diversas vezes, ao circular pela praça e iniciar alguma conversa dispondo-se a escutar, percebe-se que o setting acaba sendo instaurado quase que automaticamente. Algo que se constatou a repetição algumas vezes, foi a enunciação da frase “então vamos sentar ali?”, referindo-se ao banco da praça, um convite para “escutar os sujeitos de desejo e de direito na profundidade de suas histórias e de como estas constituem os laços com a cidade” (Broide & Broide, 2018, p.266).

Com isso, é possível perceber uma forte significância ao ato de sentar no banco da praça e estar em proximidade com o sujeito. Da mesma forma, nota-se que o banquinho forrado de chita, usado no Ateliê da Palavra, carrega consigo uma atribuição de importância. Muitos são os que se aproximam e hesitam em sentar, como um rapaz que por muitos dias passava ali por perto, observava, dirigia a palavra, mas quando convidado a sentar-se relutava, até o dia em que aproximou-se e anunciou “hoje eu vou sentar no seu banquinho”.

### **3. O psicanalista na rua: a aposta no sujeito**

É muito comum o questionamento sobre como abordar uma pessoa em situação de rua sem parecer invasivo, como iniciar um diálogo. Existe uma grande diferença no trabalho na rua quando comparado ao atendimento clínico em consultório e instituições, já que estamos indo ao encontro de pessoas que não necessariamente demandaram por um atendimento. Dessa forma, “o profissional tem que se haver com esse deslocamento. Ele não vai esperar um telefonema, o agendamento de uma consulta e depois disso, ao chegar a seu consultório, que ele “associe livremente” ” (Martins, 2016, p.66).

Ao ampliar a extensão da psicanálise para outros contextos, o psicanalista se vê interrogado nesse processo. No caso da rua, não se está “protegido” pelas paredes do consultório ou da instituição, o psicanalista se apresenta ali também enquanto sujeito, de

forma que muito de si terá que se fazer emergir para ser possível o estabelecimento de um vínculo. Isso não quer dizer que as interações irão se tratar disso necessariamente, mas como dito em momento anterior, muitas daquelas pessoas não estão demandando por um atendimento, então de algum lugar tem que se partir para acessá-las e nesse caminho alguns posicionamentos serão requisitados.

No entanto, a posição do não saber se faz imprescindível para que haja a possibilidade de fazer furo no que está dado, nas falas que chegam como um bloco, naturalizadas. Conforme E. Broide (2017) a suposição de saber do analisante é fundamental em um espaço analítico, mas tão importante quanto a necessidade de que o analista tome o suposto saber como função, é manter-se como semblante e não encarnando ser aquele que possui o saber, tendo distância de um tratamento sugestivo. De fato, muitos dos endereçamentos feitos são no sentido de ter uma resposta, de que algo se sabe sobre aquilo. Algo que faz muito sentido se pensarmos em como se dá a dinâmica dessas pessoas com muitos dos serviços aos quais acessam, busca-se um benefício, um encaminhamento, uma indicação de algo que pode ser feito. Nessa aposta que se faz nesse trabalho na rua, o não saber é que permite que outros percursos sejam pensados, outros sentidos sejam mobilizados. Essa é uma aposta no sujeito.

Escutar implica sustentar um lugar de aposta do saber produzido pela palavra em um encontro com o outro, que não é o mesmo de uma conversa ou desabafo, mas palavras (ou então um silêncio) movidos pelo pathos do sujeito. Com isso, se pensa em uma escuta que possibilita indagar e se dirigir ao coletivo, levando em consideração que a partir daquilo que nessa interação aparece, pode-se aprender sobre o território e assim propor intervenções (Alencar, 2011 como citado em Martins, 2016).

#### **4. Considerações Finais**

Nas situações sociais críticas, a psicanálise trabalha com as urgências sociais que se apresentam nos sujeitos em movimento pela cidade (Broide & Broide, 2018). Esse trabalho na rua se fundamenta na aposta em uma psicanálise que tenha a capacidade de perceber as questões sintomáticas de seu tempo, pensando em uma prática que se contraponha a modelos de atendimento que engessam o sujeito e que acabam retirando

dele sua possibilidade de fala, da mesma forma que oferte uma escuta a partir do contexto na qual está inserida (Martins, 2016).

A população em situação de rua, na maior parte das vezes, é caracterizada pelo lugar da pobreza, da marginalização, da exclusão. Atribui-se a essas pessoas o rótulo daqueles que são mercedores da situação em que estão, dos que pouco fazem por si e somente tomam proveito do que lhes é oferecido. Tais sujeitos são privados de uma vida digna, não são tratados como cidadãos, mas sim, em geral, como casos de polícia, como subalternos, como perigosos. A situação de rua é um fenômeno determinado por muitos elementos, como fatores econômicos, sociais, familiares, políticos, trabalhistas, etc, que impactam o sujeito que nela se encontra.

Entende-se que em tempos de crise do capitalismo de maneira internacional, esse é um fator integrante desse processo econômico contraditório, portanto, cabe ressaltar que essa não é uma questão moral, individualizada, que diz respeito da vontade do sujeito e que será resolvida em sua totalidade através desse tipo de trabalho. No entanto, tem-se a compreensão da importância de que existam espaços de escuta dentro dessa sociedade que exclui pela não adaptação do outro, inclusive para dar visibilidade a fenômenos como esse, juntamente com outros serviços da rede.

Seja onde for, quando há uma escuta rigorosa, o sujeito fala, deseja falar e “é essa fala do sujeito de desejo que tratamos de captar nas diferentes situações sociais que constituem múltiplos espaços psíquicos, que se apresentam onde quer que a vida esteja em nosso mundo contemporâneo” (Broide & Broide, 2018, p. 269).

*Do rio que tudo arrasta  
se diz que é violento  
Mas ninguém diz violenta  
as margens que o comprimem.  
(Bertold Brecht)*

## 5. Referências Bibliográficas

\_\_\_\_\_ (2015). A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios. Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG). Belo Horizonte, 87 p.

Brasil. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a PSR e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 02 de julho, 2019 de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)

Broide, E. E. (2017). A supervisão como interrogante da práxis analítica: desejo e analista e a transmissão da psicanálise. São Paulo: Escuta.

Broide, E.E., & Broide, J. (2018). Notas sobre a transferência como operadora da clínica psicanalítica nas situações sociais críticas. In. Instituto APPOA. *Por que uma clínica do testemunho?* (pp. 257 - 270). Porto Alegre: APPOA.

Martins, R. (2016). A escuta ético-política na rua. (Dissertação de mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17139>

Sawaia, B. (2012). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Vozes, Ed. 12. p. 7-13.

Secretaria Nacional de Assistência Social (2011). Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP. *SUAS e População em Situação de Rua*. Vol. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Secretaria Nacional de Assistência Social (2013). Perguntas e Respostas: Serviço especializado em Abordagem Social. *SUAS e População em Situação de Rua*. Vol. 4. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sposati, A. (1998). Exclusão social abaixo da linha do Equador. Trabalho apresentado no Seminário Exclusão Social, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado em 25 de junho, 2019 de <http://www.seuvizinhoestrangeiro.ufba.br/twiki/pub/GEC/RefID/exclusao.pdf>

Tolentino, E.S., Bastos, V.P. (2017). População em situação de rua: crise do capital e desmonte das políticas públicas. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, p. 301-331. Recuperado em 20 de junho, 2019 de [http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17908/pdf\\_1](http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17908/pdf_1)